

Manuel Maria Múrias: um «intelectual orgânico» na RTP ao tempo de Salazar

FRANCISCO RUI CÁDIMA *

É conhecida a nossa tese sobre as relações da RTP com o sistema político, ao tempo de Salazar e Caetano¹. Tendo sido um instrumento privilegiado da estratégia de afirmação e perpetuação do regime salazar-caetanista, a televisão foi, em Portugal, durante a ditadura, mais que um objecto instrumental e de propaganda, um esteio central de orientação política, a par dos grandes objectivos do regime em torno da questão do império colonial e da segurança interna, *i.e.*, censura e polícia política. Quer isto dizer que o sistema de *media* e o sistema censório constituíam, em simultâneo, um dos eixos centrais da estratégia política do regime, a par do sistema político-administrativo e de governo, quer com Salazar, quer com Marcello Caetano.

Marcello Caetano, além de ter sido o «supremo inspirador da RTP» (como era dito em editoriais nos próprios telejornais), terá sido um político de certo modo «auto-suficiente» relativamente ao sistema discursivo e informativo da televisão, o que não sucedeu de todo com Salazar. Se durante o período marcelista não é possível encontrar um nome «político» que se destaque enquanto intelectual orgânico² e enquanto «panfletário» indefectível na RTP, por assim dizer (talvez o houvesse mais enquanto «político funcional» ou mesmo «funcionário» do regime na televisão, designadamente na direcção do Telejornal), a verdade é que ao tempo de Sala-

* Professor associado com agregação do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (DCC-FCSH) da Universidade Nova de Lisboa.

zar esse intelectual orgânico existiu de forma muito acentuada, evidente e mesmo estridente. Refiro-me a Manuel Maria Múrias.

Ao contrário de seu pai – e homónimo, Manuel Múrias³, um dos nomes de maior destaque da segunda geração do Integralismo Lusitano –, esse, sim, um inquestionável «intelectual orgânico» do regime salazarista, Manuel Maria Múrias teria fundamentalmente a sua projecção pública e mediática já no pós-25 de Abril. Ficou então conhecido como o primeiro jornalista português a ser condenado a pena de prisão efectiva pelo crime de abuso de liberdade de imprensa. De facto, após ter sido redactor principal do semanário *Bandarra*⁴, Múrias era detido e preso em Caxias. Libertado em Dezembro de 1975, funda o semanário *A Rua*, tendo sido uma vez mais detido por crime de abuso de liberdade de imprensa.

Manuel Maria Múrias, ao longo do salazarismo, foi, primeiro, um discreto crítico de cinema do *Diário da Manhã*; trabalharia depois como assistente de alguns nomes do cinema português da altura – designadamente, António Lopes Ribeiro e Leitão de Barros. Já nos anos 60, pouco antes de no final de 1963 passar a dirigir o Telejornal e de ser nomeado responsável pela informação da RTP (cargo que exerceu até 1968, o da nomeação de Marcello Caetano como presidente do Conselho de Ministros), publicava uma *História Breve do Cinema*. Da política, Múrias retinha fundamentalmente a tradição familiar e o protagonismo do pai, e não tanto um envolvimento pessoal nessa área. Afirmava, inclusive, que nos anos de Salazar, antes da RTP, fizera política, mas... na Brasileira do Chiado.

E apesar de não ter tido projecção pública nas funções que passou a exercer na televisão, é precisamente na RTP, como chefe da Divisão de Programas de Informação e Actualidades, que Manuel Maria Múrias consolidará o seu estatuto de comissário do regime na informação televisiva: como «intelectual orgânico», delineando um perfil estratégico e um estilo adequados à ditadura de governo de então, e ajustados ao «enclausuramento» mediático de Salazar; e como «político funcional», ou mesmo num papel de funcionário do regime na televisão oficial (e canal único), procurando cumprir serviços menores, direccionando a máquina televisiva para a pura demagogia política, para ataques pessoais, ou para meras formalidades comemorativas, aniversários e efemérides do regime.

Desde o início dos anos 60 que se vinha verificando o reforço da estratégia protocolar e instrumental do dispositivo da informação televisiva da RTP. Primeiro com Manuel Figueira, deixando-se um certo «radiofonismo» e uma evidente ingenuidade das práticas iniciais relativas ao final dos anos 50, e, mais tarde, portanto, com Manuel Maria Múrias, intensificando-se a dimensão propagandística e reduzindo-se, ou mesmo anulando-se, o erro do grande espectáculo que a RTP fez ao longo de mais de um ano com as imagens de violência do começo da guerra colonial.

Note-se que as diversas modalidades censórias que eram aplicadas internamente, quer pelos próprios jornalistas, quer pelos responsáveis pela informação, começam a definir-se melhor já nos anos 60, passado que foi o período em que o império colonial não tinha imagem televisiva e em que eram noticiadas as independências africanas de antigas colónias europeias como se isso nada tivesse a ver com a realidade histórica portuguesa do momento. A estratégia censória em si, à partida assumida desde logo por dinâmicas autocensórias e depois controlada e supervisionada pelos «chefes de serviço» de departamento, é, a partir de 1964, com a constituição do Gabinete de Estudos e Classificação de Programas, complementada por um vogal destacado para o efeito, embora a responsabilidade pelo controlo diário dos serviços noticiosos raramente fugisse a Manuel Figueira e a Manuel Maria Múrias.

Historicamente, as hostilidades em Angola começam no princípio de Fevereiro de 1961, momento que corresponde precisamente ao início do fim do consulado de Manuel Figueira, que fica associado a uma falsa «transparência» do arranque da guerra colonial, difundido pela RTP com imagens de uma enorme violência, as quais só não terão tido um pior impacto na sociedade portuguesa porque o número de televisores nos lares era ainda ínfimo nessa altura. Dessa fase, que antecede um longo ciclo de comentários e editoriais de abertura dos telejornais ficava uma metáfora da autoria do então editorialista João Coito, que considerava que o trabalho teledifundido no contexto da guerra colonial se traduziria apenas numa frase: a RTP não era senão «um soldado chamado televisão».

O consulado Múrias inicia-se, com maior evidência discursiva, na véspera da noite de Natal de 1963. Ele, que tinha assumido funções precisamente na véspera, a 23 de Dezembro de 1963... As notícias dessa tarde e noite passam a ter o «visto» do novo responsável nas páginas dos próprios alinhamentos dactilografados, marca que distinguirá a partir de então a acção do novel chefe de Divisão de Programas de Informação e Actualidades, e assim continuará a suceder nos telejornais da RTP nos anos seguintes.

Refira-se que a substituição de Manuel Figueira por Manuel Maria Múrias se terá ficado a dever não só às dissensões no interior da *entourage* salazarista, mas também a uma evidente descolagem de Figueira relativamente ao reforço das facções mais radicais pró-salazaristas, bem como à irregularidade do seu percurso, marcado, numa primeira fase, por alguma ingenuidade política e discursiva e por pouca determinação no plano da militância e da propaganda, e, numa segunda fase, já durante a guerra colonial, por excessos que raíam o absurdo, sobretudo em relação às imagens transmitidas pelos telejornais da RTP sobre os acontecimentos de 1961 e 1962 em Angola.

Mas seria John Fitzgerald Kennedy – assassinado a 21 de Dezembro de 1963 – que levaria Manuel Figueira a perder a confiança política da *entourage* salazarista, devido ao destaque dado nos telejornais à personalidade do presidente americano por ocasião da sua morte. Efectivamente, Kennedy havia estado na base de um conflito entre o governo português e os EUA, aquando da discussão na Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre a inclusão dos acontecimentos em Angola de 1961 na «agenda de trabalhos», e nessa ocasião o presidente norte-americano havia votado, juntamente com a União Soviética, o agendamento do tema na ordem de trabalhos, o que foi considerado pelo governo português como uma «traição» para com a política de Salazar.

Manuel Maria Múrias assume então a responsabilidade pela informação televisiva segundo um novo prisma, isto é, com uma mais forte vertente ideológica e opinativa, num registo de clara militância política. Um dos seus primeiros «comentários» de abertura de Telejornal (7/2/1964) ilustra bem este *tour de force*:

Passa hoje mais um aniversário da Revolução de 7/2/1927, o último estertor da desordem democrática em Portugal. Em 1927, o problema era o do saneamento financeiro. Salazar, chegado pouco depois ao poder, resolveu-o rapidamente, embora os democráticos tentassem impedir, pela intervenção estrangeira, que a obra de renovação nacional prosseguisse. Em 1964, é o da sobrevivência de Portugal. O mesmo espírito de traição que, há 37 anos, tentou alterar o rumo demarcado pelo movimento nacional de Maio volta, armado lá fora, a assediá-los em África, acoitado em Moscovo, em Praga e em Argel. A Nação inteira torna-lhes infrutíferos os manejos.

Pouco depois, no Telejornal de 21 de Março de 1964, Múrias insere um raríssimo comunicado da PIDE, onde é referido um alegado acordo entre o general Humberto Delgado e os oposicionistas Rui Luís Gomes e Manuel Sertório, relacionado com a constituição da Frente de Libertação Nacional de Argel. Tal não teria passado de um estratagema do sistema político-televisivo para provocar a identificação de Humberto Delgado com o Partido Comunista e atingir assim a imagem do general, que viria a ser assassinado pelo regime de Salazar no ano seguinte.

A militância de Múrias levava-o inclusive a não esquecer as efemérides do próprio franquismo. A 17 de Março de 1964, o Telejornal não esquece os 25 anos do Pacto Peninsular, e pouco depois, a 1 de Abril, a abertura incluía um *slide* da bandeira espanhola e um filme de seis minutos sobre Franco. O texto tinha, inevitavelmente, a assinatura de Manuel Maria Múrias:

Comemoram-se hoje 25 anos sobre o fim da luta armada em Espanha, da guerra reudentora que salvou a península da tirania comunista. Na história comum de portugueses e espanhóis, o dia 1 de Abril de 1939 é um momento capital: ganhámos, então,

a nossa primeira grande batalha. Um milhão e duzentos mil mortos; a flor da juventude espanhola pereceu para nos salvar. Sejamos dignos dela [...]. Em 1935 [...] bandos de civis armados impunham o terror, tentando impor um governo onde predominassem os comunistas – a Frente Popular.

E continuava Múrias, em discurso «épico»:

Nas Cortes, ergue-se a voz de Joaquín Calvo Sotelo, chefe da Renovación espanhola: Quando a vida humana não está em segurança nas ruas – disse ele – quando de todos os lados chegam ameaças de convulsão social, quando a turba dementada, grita: a Pátria, não! a Pátria, não!; quando ao brado de «viva a Espanha» se responde com um viva a Rússia, quando é desrespeitada a honra do Exército e ridicularizado tudo quanto à Pátria consubstancia, pergunto a mim próprio se há possibilidade de nos conservarmos tranquilos [...].

E depois de referências à «sinistra Pasionaria» e à «pureza de intenções» de Franco e de Salazar, conclui Manuel Maria Múrias:

Juntos marchamos para o futuro nas novas batalhas que têm de se travar. A batalha do Ebro passou para as florestas de Angola. Inverteram-se os papéis: agora é a Espanha o único amigo que nos resta. Agradecemos-lhe a vitória de há 25 anos, continuando a lutar sem desfalecimentos.

Estava assim dado o «tom» do consulado Múrias na RTP. Ao discurso militante radicalizado e à convicção integracionista, designadamente na opinião do Telejornal, não iriam ser permitidas quaisquer concessões. O «soldado chamado televisão» tinha agora um outro nome: o soldado chamado Manuel Maria Múrias.

O tema da Revolução Nacional regressa pouco depois, a abrir o Telejornal de 7 de Abril de 1964:

Para quem tivesse dúvidas sobre a vitalidade e força da acção da Revolução Nacional que impulsiona o Regime, os acontecimentos dos últimos dias devem ter esclarecido completamente. Mantendo sem desfalecimentos uma guerra que nos leva vidas e fazenda – marchamos para o futuro sem qualquer temor, com a rapidez que os meios nos consentem, levando connosco a Nação que um século de liberalismo parecia ter narcotizado. Ainda há meia dúzia de anos ninguém julgaria possível o milagre.

Ao que se seguia o tema do Integralismo Lusitano associado a Salazar (Telejornal de 15/4/1964):

Iniciam-se as comemorações do cinquentenário da publicação de *A Nação Portuguesa* [...]. Das páginas da revista saiu o Integralismo Lusitano – do IL vem, para a acção, o

pensamento condutor da revolução que Salazar encaminharia para os trilhos de que Portugal há mais de um século andava desviado. [...] Quando, por força da Divina Providência, que nunca desamparou Portugal, apareceu Salazar – todos os portugueses, como nas palavras proféticas de António Sardinha, alguns anos antes, saudamos no Chefe o realizador necessário das aspirações do resgate já tão abertas na alma dos povos ocidentais, despertados, enfim, dum pesadelo trágico de cem anos. E Salazar transcende as nossas maiores aspirações. Consuma, na prática, na execução metódica e estudada, na previsão genial, tudo quanto inquietava a geração que Sardinha, Pequito Rebelo e Hipólito Raposo formaram. Com Salazar o nacionalismo português liberta-se da disciplina abstracta do positivismo político, das questões de forma que dividem a Nação.

Múrias voltava, a 18 de Abril do mesmo ano, no seu estilo militante, agora em comentário lido por Henrique Mendes, a abrir também o Telejornal, sobre nova efeméride do regime – neste caso o 39.º aniversário do movimento militar de 18 de Abril de 1925, «precursor do 28 de Maio»: «A revolução, derrotada, criou as condições psicológicas necessárias para que a Nação aderisse em massa no ano seguinte ao lado de Gomes da Costa em Braga». Múrias cita depois o manifesto dos oficiais revoltados. «Queremos libertar o país dos maus políticos e das suas clientelas [...]. Que a República seja um regime honrado e não capa de bandidos e de gatunos! Portugueses, às armas por Portugal!»

A 27 de Abril de 1964, data sempre especialmente referida na informação televisiva, Manuel Maria Múrias tinha oportunidade de demonstrar a sua absoluta devoção a Salazar:

Depois, fizeram-nos a guerra em África. Como, desde há 36 anos, sabemos todos exactamente o que queremos e para onde vamos, nada disso nos tem perturbado. Continuamos. Neste continuar imperturbável, nesta consciência da vontade e dos objectivos, consubstancia-se a vitória final de Salazar. Deu-nos as armas com que encaremos o futuro através dos séculos. Deu-nos a vitória de antemão. Por todo o seu passado e pelo presente que vive, Portugal deve-lhe gratidão. Deve-lhe a glória do futuro que se aproxima.

Curiosamente, o 1.º de Maio de 1964 não passaria sem referência. Nova peça de Múrias abre o Telejornal de 2 de Maio, a propósito de um comunicado do Ministério do Interior sobre um dos 1.ºs de Maio de maior movimentação dos sectores da oposição na luta contra a ditadura salazarista:

Ontem, ao fim da tarde, meia dúzia de energúmenos, depois de terem largado uns quantos gritos subversivos, partiram alguns vidros do Palácio Foz, onde está instalado o SNI. O incidente vinha a ser preparado há já alguns dias, através de intensa campanha de propaganda subversiva que se processou nos principais centros urbanos do

país [...]. Papelinhos incitando à desordem enxamearam meia dúzia de cidades portuguesas nos últimos dias; nos últimos dias assistimos irónicos ao gesticular frenético dos nossos inimigos; depois voltámos-lhes as costas – e o piquete de serviço da esquadra do Teatro Nacional agarrou-os e levou-os para a cadeia. A prometida grande manifestação teve 25 manifestantes que, durante 25 minutos deram gritos numa área de 25 m². Foi tudo demasiadamente exíguo para poder ter expressão. Morreu um homem – e esse crime deve ser imputado aos autores dos papelinhos que, naturalmente, não foram à manifestação.

Assim Manuel Maria Múrias se referia ao assassinio de um homem, David Almeida Reis, trabalhador, morto por agentes da PIDE durante a manifestação do 1.º de Maio de 1964 em Lisboa.

A 13 de Maio, o Telejornal abria ainda com texto de Manuel Maria Múrias:

Comemora-se hoje a data maior da História de Portugal desde que Nossa Senhora desceu dos céus em nossas terras para falar ao Mundo através de três humildes pastores, dos mais pobres da aldeia, dos que pareciam menos prendados do brilho e dos atavios do Mundo – os que foram escolhidos por Ela para receber Divina Graça.

O tema Humberto Delgado voltava entretanto. Nas «últimas notícias» de 29 de Junho daquele ano, o título de abertura é este: «Delgado confessa as suas ligações com o comunismo internacional». O sentido do título não era confirmado no texto. Como já acontecera na passagem citada acima, tratava-se de uma manobra de propaganda para denegrir a figura do General Sem Medo, com citações de um alegado discurso que ele proferira e no qual se auto-intitulava «chefe da oposição portuguesa».

Múrias expressava também a sua opinião muito pessoal sobre os malefícios da democracia e a sua relação com o «fim do Mundo»:

O Vietnam está perdido. Anos e anos de luta sem objectivo conduziram a esse triste resultado: a derrocada está à vista logo que se não acredita na vitória se fala em negociações e se tenta criar na opinião pública a ideia de que a vitória se resume em acabar com a guerra. [...] O horizonte apresenta-se sombrio. Se os últimos redutos não resistirem a Democracia partidária acabará com o Mundo. [Telejornal de 28/7/1964]

Comentário semelhante, totalmente derrotista para o sistema democrático, ainda – e quase sempre – assinado por Múrias, seria lido na abertura do Telejornal de 15 de Setembro:

Todos os sistemas têm falido rotundamente [...] A Sociedade das Nações nasceu morta, desmanchada pelo estúpido isolacionismo americano; a ONU estiola-se lentamen-

te, vítima de si própria e da cultura da metodologia democrática, desenvolvendo-se, entontecedidamente [...].

Por cá, o 5 de Outubro merecerá tratamento idêntico por parte do militante «contra-revolucionário» M. M. Múrias:

A República, cujo aniversário se comemora hoje, pouco tem a ver com a República cujo aniversário se comemora no dia 28 de Maio. As duas, de semelhante, têm o nome: nem os homens, nem as ideias que fizeram a primeira, subsistem na segunda. O passado demo-republicano anterior a 1926, está morto e enterrado. Não ressuscitará jamais e pelas mesmas razões a demo-monarquia que nos foi imposta pelo Imperador do Brasil em 1820. O que se acabou com o 28 de Maio não foi a República, foi a Democracia.

E continuava a sua «cruzada» em defesa do monopartidarismo e da «contra-revolução»:

Recusa-se a Nação a aceitar a revivescência dos mitos revolucionários – e o regime que a Constituição de 1933 consagrou tem a sua razão de ser nessa recusa total. Caracteriza-se, essencialmente, por isso: por ser contra-revolucionário e ir beber à tradição o melhor da sua contextura ético-política [...]. A República de 28 de Maio, afastando-nos da Monarquia e da República democráticas, aproxima-nos das fontes vivas da história de Portugal. Consolidou o regime saído da revolução do 5 de Outubro? Sejamos justos: salvou a Pátria em perigo.

Noutras situações, Múrias exerce o seu «direito de veto», de censor, do seu próprio jornal. A Conferência do Cairo dos «não-alinhados» domina a informação televisiva no início de Outubro de 1964. A 6 de Outubro, um comentário dava o tom: «Na sessão inaugural, Nasser, com o seu desplante habitual, atacou Portugal, Grã-Bretanha e África do Sul. Não-alinhados – uma conferência de alto nível sem nível nenhum.» A 7 de Outubro, é Artur Anselmo que abre o Telejornal. O tema é a exclusão de Tschombé da Conferência do Cairo pelo «tartufo» – na expressão de Artur Anselmo – coronel Nasser. Seguir-se-lhe-iam João Coito e Barradas de Oliveira, sobre o mesmo tema, nas aberturas de 10 e de 11 de Outubro, respectivamente. Neste último Telejornal a terceira notícia referia-se ao fecho da conferência:

Como já vem sendo habitual em reuniões do género, a Conferência dos chamados Países Não-Alinhados, agora encerrada no Cairo, diz, no comunicado final, que proclamou a sua determinação de fazer com que os povos dos territórios portugueses ascendam à independência, imediatamente, sem condições nem reservas [parte cortada] deixem de ser portugueses. [Parte final acrescentada à mão, com «visto» de M. M. M.]

Noutra situação, a provável demissão de Krutchev constitui tema de abertura a 15 de Outubro de 1964. No mesmo noticiário, com o «visto» de M. M. M. bem visível, falava-se ainda das eleições britânicas: «O eleitor inglês esteve indeciso em quem votar.» E em *off*, sobre desenhos que caricaturavam a campanha: «Nos conservadores, que ofereciam continuidade?» Sobre novo desenho: «Nos trabalhistas, que ofereciam “progresso social”?» E sobre outros desenhos, ainda em *off*: «Como decidir? Muitos foram os que usaram o velho processo de “cara ou coroa”.» Continuava depois o locutor: «O número dos que podem responder à consulta às urnas de hoje é de 35 milhões 894 mil 307, mais 497 mil do que em 1959.» O parágrafo seguinte, no entanto, já não seria lido, pois tinha sido integralmente cortado: «Mais de quatro milhões deles serão constituídos por jovens de ambos os sexos, de idade oscilando entre os 21 e os 26 anos, e que nunca tinham votado. A idade mínima com que se pode votar em Inglaterra é de 21 anos» (significativo corte, este).

A 4 de Novembro de 1964, é a vez das eleições americanas. De regresso ao seu habitual estilo, mais um texto de Manuel Maria Múrias abre o Telejornal. É Carlos Cruz quem lê:

Barry Goldwater foi vencido nas eleições de ontem por uma maioria esmagadora. Dir-se-á todavia que estas coisas da política mundial vão tão mal que dificilmente, com Johnson ou sem ele, com Goldwater ou outro qualquer, poderiam piorar. Sabemos no entanto, agora, que na América, ao menos, os responsáveis vão fazer o possível para manter o statu quo. Nós não teremos que nos congratular com o facto; como há muito nos deixámos de lamentações, continuaremos calmamente o nosso caminho.

A 29 de Novembro, a propósito de uma manifestação «anti-europeia» (como o Telejornal dizia) em Nairóbi, Múrias coloca o seu «visto» nesta prosa, no mínimo de um racismo arrepiante: «Mas os instintos dos quenianos haveriam de sobrepor-se à razão e eis que os desacatos, à falta de melhor, culminaram com o incêndio de alguns automóveis.» E, depois, manuscrito: «Como não havia gente para comer, as coisas ficaram por aqui...»

1.º de Dezembro de 1964: nova «peça de antologia» assinada pelo chefe de divisão, M. M. Múrias. É Carlos Cruz quem lê de novo:

Em 1640 estávamos, como agora, sozinhos no Mundo. [...] 28 anos de guerra iniciada sem armas, foi o tempo que a Providência nos deu para resolver a questão que o grito dos conjurados do 1.º de Dezembro criara. [...] Aqui estamos agora, parece que a recomeçar tudo de novo: repetimo-nos a encarnar o contra-senso, adversários teimosos do que aparenta ser a lógica e a inteligência. Não durará tanto a batalha, com certeza, porque o tempo é outro, anda mais depressa e já se vislumbra ao longe o triunfo ambicionado; temos todavia que continuar sozinhos, na Guiné, em Angola, em Goa e

S. João Baptista de Ajudá, até que os outros atentem na nossa razão de ser como somos, nação pela terra repartida que em 1640 se confirmou assim, abençoada pela Senhora, Imaculada Conceição, Rainha de Portugal.

O tema de Goa surge, de novo, na abertura de Múrias, a 7 de Dezembro de 1964: «Acompanhando o sentir de todos os portugueses, o *Diário de Notícias* enviou ao Oriente um dos seus redactores para fazer um inquérito sobre o que se passa no Estado Português da Índia, ocupado por tropas estrangeiras.» O acontecimento era, no fundo, a Procissão de S. Francisco Xavier, e Múrias exulta de nacionalismo, transcrevendo mesmo parte de um hino goês... E a 9 de Dezembro o *Telejornal* refere, a abrir, o desmentido do Vaticano de que tenha dado a bênção à «agressão indiana contra o Estado Português da Índia». Múrias comenta de seguida, embora tenha autocensurado este primeiro período, já depois de passado para o alinhamento:

Nunca o Vaticano se pronunciou oficialmente sobre o roubo de Goa, condenando ou aprovando; nunca dissera, fosse o que fosse, que pudesse ser considerado ao menos como um lamento contra a perda de Roma do Oriente, que deixou de o ser no dia em que a soldadesca indiana o profanou.

E depois, a parte do texto efectivamente lido:

O desmentido de hoje tem a importância histórica de ser o primeiro documento publicado sobre o assunto, oriundo do Vaticano. A Santa Sé nem explícita nem implicitamente aprovou o roubo; a Santa Sé considera-o como uma agressão armada a um território português, o que, juridicamente, tem transcendente significado; a Santa Sé, deste modo, continua a considerar como portuguesas Goa, Damão e Dio.

Também a 17 de Dezembro se fala das comemorações do Dia de Goa. Um membro da Comissão Executiva das comemorações, Oliveira Pegado, lê um texto no *Telejornal*:

Ao grito angustioso de Goa cativa e como alento e moral aos que gemem e sofrem no cruel cativo indiano respondamos nós goeses livres daqui e os que se encontram espalhados por todos os cantos do Mundo – cerrando fileiras, num movimento global, qual cruzada Santa, sem diferenças de castas, raças, religiões, idades e profissões, brandando PRESENTE e com o pensamento fixo em Angola, Guiné e Moçambique.

No dia seguinte (18/12/1964), passa o filme a relembrar os factos: «O povo de Lisboa velava naquela fria noite de 19 de Dezembro de 1961. O milagre não se deu. Agora temos que o merecer.» Ao que se seguia o comentário de Manuel Maria Múrias:

É uma guerra surda, guerra fria em que nos empenhamos sem desfalecimentos e que tem de ser a nossa preocupação de todos os instantes. Ganhá-la-emos porque tem de ser; porque a natureza das coisas o impõe; porque Portugal, Nação pelo Mundo deramada, assim quer.

Por contraste com o que se havia passado no ano de 1964, o texto de opinião com origem na redacção do Telejornal escasseia no início de 1965. Sobre a morte de Churchill (Telejornal de 24/1/1965), Múrias era elucidativo:

Tendo vindo ao mundo no momento em que a sombra do Império de Sua Majestade Graciosa se estendia aos quatro cantos da Terra, em que o simples aparecimento de uma canhoneira inglesa fazia estremecer de pânico as maiores potências, Churchill pôde ver, como se visse o correr de um dia, o Sol nascer para alumiar a Inglaterra, e morrer para a deixar sozinha, às escuras, encolhida na sua Ilha. É difícil, no entanto, assacarem-se-lhe responsabilidades pelo triste facto [...]. Lá, à sua vista, nas águas azuis do Mar Negro, afundou-se o Império Britânico, feito pasto dos mitos democráticos e dos preconceitos libertários do anticolonialismo.

Aquando dos funerais, voltaria à abertura (Telejornal de 30/1) com o seguinte comentário: «Eis que passam os restos daquele homem que largando as velas, bem preso ao leme, ignorou há cinco lustros os ventos da História»...

A 28 de Janeiro de 1965, no entanto, as lutas estudantis deste ano eram notícia de abertura do Telejornal, através da leitura de um comunicado do Ministério do Interior, no qual se referia a prisão pela PIDE de inúmeros estudantes. No dia seguinte, Múrias abre com o seu comentário sobre o tema da véspera:

Minando a Universidade pretende-se evidentemente penetrar no quadro dos oficiais milicianos das Forças Armadas – e pretende-se ainda criar uma atmosfera cultural e política propícia à subversão num futuro mais ou menos próximo. Minando a Universidade os inimigos de Portugal intentam esfaquear-nos pelas costas, servindo-se para tanto de uns tantos jovens transviados que, desgraçadamente, não encontraram na família quem os pusesse a coberto de tentações de falsa generosidade social que o comunismo apregoa.

E a 15 de Março, a propósito do início da guerrilha em Luanda, Múrias anunciava a «vitória» na guerra: «Quatro anos já passaram; todavia, nem um segundo daquelas horas terríveis nos saiu da lembrança. Recordamos tudo momento a momento [...]. Portugal em Angola viveu no dia 15 de Março de 1961 os seus momentos decisivos. Venceu.» E prosseguindo:

Que se passou no mundo desde então? No princípio éramos sós, apoiando-nos na amizade jamais traída dos espanhóis. Os nossos aliados de sempre, a Grã-Bretanha e

a América abandonavam-nos, atacavam-nos em Nova Iorque nos balcões da ONU, ou forneciam armas aos agressores que do Congo assaltavam as nossas terras e as nossas gentes [...]. Quatro anos volvidos já ninguém tem dúvidas: ganhámos com as armas na mão e ganhámos junto da opinião internacional. Ganhámos todos, mas nada teria sido possível sem Salazar, sem o seu comando intransigente, sem a sua autoridade indiscutível. Muitos foram rendidos nos seus postos; nem por isso se perderam posições. Só Salazar se tornava indispensável [...]. Agora bem nos podemos gabar de ter ganho a guerra porque nos mantivemos à sua volta tão intransigentes como ele. Aqui, na retaguarda; lá longe, no mais aceso da luta.

Além desta grande diversidade de tópicos, em que Múrias deixou indelevelmente a sua marca, três outros temas se vão destacar nos anos de 1965 a 1968. Refiro-me ao assassinio de Humberto Delgado e ao tratamento dado pelos telejornais da RTP ao assunto, o que constituiu verdadeiramente uma história de contra-informação sobre a morte do General Sem Medo; às Eleições Presidenciais e Legislativas de 1965, nas quais o «candidato natural» (Américo Tomás) era propagandeado pelo alegado «narrador objectivo» (Múrias) *versus* o «traidor» (Mário Soares); e, por fim, aos anos do fim do «magistério» político-televisivo de Salazar.

Numa rápida síntese, recorde-se que Humberto Delgado é assassinado a 13 de Fevereiro de 1965. A primeira vez em que é divulgado o crime na televisão é no dia seguinte à passagem de mais um aniversário da governação de Salazar (efeméride sempre muito comemorada pela informação televisiva) – mais de dois meses após o assassinio do general e da sua secretária, e numa altura em que as aberturas do então já Telejornal estavam repletas de «homenagens a Salazar». O tratamento televisivo deste crime político – «porventura o crime político mais repugnante de toda a história portuguesa» (Soares, 1974: 424) – é um exemplo claro da forma como se produzia diariamente a informação televisiva. Mais que oficiosa, contra-informativa e delatória (cumprindo afinal o que a própria propaganda exigiria), a informação da RTP situava-se sempre, designadamente nas situações mais comprometedoras para o regime, aquém das próprias declarações oficiais, sendo claro, por exemplo, no caso do assassinio do general Humberto Delgado, que se ficou a saber mais sobre este crime através dos discursos televisivos de Salazar do que propriamente através do Telejornal. O que restava eram apenas *petites histoires* da contra-informação provocada pelo regime (nomeadamente através da ANI) e, claro, por Manuel Maria Múrias na RTP – *vide*, por exemplo, o telegrama de Henrique Cerqueira, que acusa o próprio Mário Soares de envolvimento no crime, e a que foi dada grande divulgação, primeiro no *Diário da Manhã* e na *Voz*, e depois na RTP.

A estratégia do regime, de imputação da autoria do crime, designadamente, à oposição socialista e/ou comunista, era portanto seguida na RTP, de forma lacónica e aparentemente verosímil, dando o facto como adquirido. No Telejornal de

19 de Junho de 1965, um comentário de Manuel Maria Múrias, chefe do serviço de Noticiários (o correspondente, portanto, a director da Informação), a propósito da destituição de Ben Bella, parece querer «esclarecer» de uma assentada todo o mistério da morte de Delgado:

Criminoso, relapso, assassino e ladrão, paradigma do homem das esquerdas, Ben Bella foi enfim destituído pelos seus correligionários. A África deve-lhe o estado de guerra permanente; o Mundo deve-lhe um dos seus mais longos períodos de inquietação. Prendeu Ahit Ahmed, seu camarada de armas; mandou assassinar Humberto Delgado; é difícil encontrar-se na história do nosso tempo quem tenha cometido tantos crimes. Quem o venceu agora, afirmou: «Terá o destino que a história reserva aos déspotas! Morrerá!»

Após diversa contra-informação sobre o assunto, no Telejornal de 9 de Março de 1966 é citado Henrique Cerqueira:

[Henrique Cerqueira], que se diz legítimo sucessor da organização que foi chefiada pelo ex-general Humberto Delgado, acusa o advogado Dr. Mário Soares de fazer parte da chamada Frente Patriótica, que, segundo ele, teria organizado o assassinio do ex-general. Henrique Cerqueira [...] nega-se a comparecer perante o juiz instrutor do processo [...]. Presta-se, no entanto, a responder às perguntas que lhe sejam pessoalmente dirigidas pelo juiz.

A tese da «culpa» da Frente Patriótica na Argélia na morte de Delgado, referida cerca de um ano antes por Manuel Maria Múrias, voltava assim ao Telejornal. E com ela o silêncio sobre o crime na RTP. Até 25 de Abril de 1974.

As referências à oposição foram raríssimas ao longo de todos esses anos de salazarismo e do máximo laconismo, praticamente feitas sempre em período de «campanha eleitoral». Quando o não eram, a informação televisiva pretendia apenas identificar focos de resistência política ou manifestações públicas, designadamente estudantis ou ainda de trabalhadores, relativas ao dia 1.º de Maio, como movimentações criminosas, como se se tratasse de delito comum. E quando sobre as eleições de deputados de 1965 Múrias comenta em editorial que «segundo informações publicadas nos jornais também foram apresentadas listas de candidatos a deputados representando várias oposições ao regime», concluirá que não tinha informação sobre a oposição por a RTP ter sido alvo de segregação e discriminação informativa. Durante a campanha, Múrias fará uma das suas únicas «concessões» à oposição, lendo algumas passagens do Manifesto então apresentado por Mário Soares, e logo contra-argumentando frase a frase. Tanto bastou para que o próprio Múrias se auto-intitulasse «narrador objectivo»... Os períodos eleitorais reflectem com grande transparência o modo como se instituiu uma colaboração estreita

entre o regime e a RTP, em matéria de manipulação informativa. Salvo o «manifesto» de 1965, de que Múrias citou as passagens menos críticas para o regime, em geral o tratamento das campanhas pautava-se por uma estratégia de legitimação da continuidade da autarquia e do partido único, provocando deliberadamente, de forma mais ou menos ostensiva, a identificação entre «democracia» e «decadência» (Telejornal de 6/11/1965).

Para o final dos períodos eleitorais, nas vésperas votação, a figura tutelar de Salazar emergia sempre da sombra com a sua «comunicação ao País» – e no caso das eleições de 1965, o seu discurso seria inclusivamente retransmitido às 12 horas do próprio dia em que decorria o acto eleitoral...

Muito excepcionalmente eram feitas referências à crise estudantil – e aí Múrias falava dos «jovens transviados» que «desgraçadamente não encontraram na família quem os pusesse a coberto de tentações de falsa generosidade que o comunismo apregoa» (Telejornais de 29/1/1965 e de 6/4/1965). Excepcionais eram também as referências à PIDE, havendo, como vimos, uma nota específica da Direcção dos Serviços da Censura para evitar qualquer nomeação nos *media* à sua actividade.

Mas, acima de tudo, Salazar. Era a ele que, finalmente, era devida «a glória do futuro que se aproxima» (Telejornal de 27/4/1964). Ainda sobre Salazar, neste mesmo Telejornal, Vasco Teves corroborava as palavras do seu chefe de divisão, falando em «todo um povo ao redor do seu governante». E, como sempre, os seus sucessivos aniversários serão, no final do mês de Abril de 1964, amplamente referidos nas aberturas do Telejornal. Nos diferentes editoriais, nas aberturas e na estrutura dos alinhamentos, pairava sempre, portanto, o espectro da presença do salazarismo e de Salazar enquanto modelo onisciente, enquanto dogma, do discurso da informação televisiva.

Dir-se-ia que, tal como para Salazar, Deus, a Pátria e a Autoridade não tinham discussão, de modo idêntico, para a informação televisiva, Salazar e a sua política não tinham discussão. Ou não representasse Salazar para Manuel Múrias (Telejornal de 15/4/1966), «como só duas ou três vezes isso aconteceu a alguém na História de Portugal, como que a encarnação do destino-missão que nos fez Pátria e nos deu missão».

No final do ano de 1966 (Telejornal de 31/12), Salazar era definido como «o génio sem o qual nada se poderia ter feito». E Manuel Maria Múrias acrescentava que «as gerações que se sucedem sabem de cor e com as armas na mão a lição que transmitiu». Mais tarde (Telejornal de 5/7/1967), era Vasco Teves que, ao abrir com mais um aniversário de Salazar como presidente do Conselho de Ministros, elogiava a sua «extraordinária folha de serviços». E a 6 de Outubro de 1967, com a publicação do quinto volume dos *Discursos* de Salazar, Múrias não tem dúvidas, no

seu comentário de abertura, de que se trata da «maior obra do pensamento levada a cabo em Portugal nos últimos quarenta anos». A idolatria por Salazar atingia as raias do absurdo quando, por exemplo, no Telejornal de 29 de Janeiro de 1965, Manuel Maria Múrias resolve assinar um editorial em que dava como «vencida», por Salazar, a guerra colonial: «Ganhámos com as armas na mão e ganhámos junto da opinião internacional.» E a 27 de Abril de 1968, quarenta anos depois da sua entrada para o Ministério das Finanças, data comemorada com a inauguração da estátua do Condestável na Batalha, é um Múrias épico que reconhece que «Salazar congregou à sua volta Portugal inteiro», para concluir: «Ganhámos outra vez.»

A principal característica da era Múrias, designadamente no que se refere à mediatização da figura e do discurso de Salazar, é extremamente específica. Ao contrário do que sucederá com Marcello Caetano, que é um verdadeiro protagonista da vida política, criador de meta-acontecimentos, o perfil refractário de Salazar conduzirá Manuel Maria Múrias a criar ele próprio, muitas vezes mesmo na primeira pessoa, as condições de visibilidade do discurso do poder salazarista. Será este «fundamentalismo» salazarista por parte do sempre dedicado chefe de Divisão de Programas de Informação e Actualidades que lhe trará a desdita, isto é, que levará ao seu afastamento da área de informação, com a sua nomeação em 1969 como chefe de Divisão de Programas Educativos e Culturais, sendo substituído no seu cargo pelo até então chefe de redacção do Telejornal, Vasco Teves.

É certo, no entanto, que o afastamento de Manuel Maria Múrias do Telejornal não se teria ficado a dever apenas à forma dedicada – e, mais do que isso, militante – com que cumpriu a sua tarefa de comissariado político. A chegada de Marcello Caetano ao poder será também decisiva nas modificações registadas no plano interno na própria RTP. De qualquer modo, Manuel Maria Múrias será sobretudo afastado pelo comportamento condenável (assim entendido no interior do próprio regime, pelos marcelistas) assumido aquando dos acontecimentos que levaram ao afastamento do próprio Salazar.

Tudo se passa, como vimos, após o 7 de Setembro de 1968, data da «queda» de Salazar no Forte do Estoril. A sequência de notícias que então passa a liderar a informação televisiva é exclusivamente sobre o estado clínico do ditador – e sobre os visitantes institucionais e particulares do Hospital da Cruz Vermelha, onde Salazar tinha acabado de dar entrada. De facto, logo a 8 de Setembro, Múrias havia evidenciado todo o cuidado que o caso lhe estava a merecer, ao cortar a passagem que registava as melhoras de Salazar, onde era dito que o «Dr. Oliveira Salazar acabava de ser barbeado»... Porém, se o noticiário internacional dava como certo o fim político de Salazar, a RTP, nomeadamente através das peças assinadas por Manuel Maria Múrias, registava a «normalidade», o «acentuar das melhoras»,

e, no *Telejornal* de 14 de Setembro de 1968, anunciava o regresso em breve de Salazar à sua residência de Lisboa. Mas o facto é que, dois dias depois, Salazar, em vez de regressar a casa, via o seu estado agravar-se. E era de seguida noticiada a convocação do Conselho de Estado, que traria Marcello Caetano, ainda no final desse mês de Setembro, à Presidência do Conselho de Ministros.

Apesar da nomeação de Marcello Caetano, o indefectível Manuel Maria Múrias, continuava crente na recuperação do «Presidente Salazar». No final de Outubro volta-se a falar de novas «melhoras espectaculares», e Múrias afirma mesmo que «qualquer coisa de sobrenatural se evolva» da luta «titânica» de Salazar contra a morte (*Telejornal* de 25/10/1968). Múrias fará apenas mais um ou outro comentário, e, finalmente, antes de abandonar a tribuna que ao longo de cerca de seis anos chefiou, enuncia aquilo que é aparentemente uma «colagem» a Marcello Caetano: «O facho não se apagou. Mudou de mão. Apenas» (*Telejornal* de 6/11/1968). Mas era tarde. Só em Fevereiro de 1969 é que Salazar regressaria à sua «residência oficial» de São Bento. E nessa altura já Manuel Maria Múrias havia sido substituído por Vasco Teves. Marcello Caetano preparava agora a entrada de Ramiro Valadão para a Presidência da RTP.

Na entrevista que deu ao *Expresso*⁵, Manuel Maria Múrias explica a sua nomeação para a RTP em 1963 pela sua proximidade a Eduardo Freitas da Costa, administrador da RTP na altura, seu amigo e padrinho de casamento. Nada mais claro. E esclarece que, no final do seu consulado televisivo, definitivamente, o seu perfil jamais se enquadraria naquilo a que se estava a convencionar chamar «marcelismo». Múrias seguiu Salazar até ao fim e viu nas imagens do velho ditador que Ramiro Valadão manda emitir na RTP (um filme com 1'16"), por altura do aniversário da entrada de Salazar para o Governo, a 28 de Abril de 1970, um acto deliberado dos marcelistas no sentido de «reconduzirem» e «relegitimarem» o seu chefe e a sua política. Terminava assim um ciclo de dedicação militante, certamente cega, a uma causa em rápido declínio. Tal não determinaria, no entanto, o apagar da memória e de um registo denso e vasto, através do qual Manuel Maria Múrias, enquanto comissário político na RTP, construiu um trajecto obsessivo, que, mais do que à «funcionalidade» política, o fez ascender, na prática, à dimensão de «intellectual orgânico», de orientação fascista, no âmbito da estratégia de comunicação do salazarismo, que em boa parte ele próprio criou de forma autónoma na RTP.

NOTAS

- ¹ Ver o nosso livro *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1996, que em parte serve de base a esta nossa investigação, actualizada e complementada com novos documentos e fontes relativamente ao tema em questão. As citações aqui utilizadas do texto dos telejornais da RTP são retiradas dessa nossa obra, que é também parte da nossa tese de doutoramento «O Telejornal e o Sistema Político ao Tempo de Salazar e Caetano», defendida na FCSH-UNL em 1993.
- ² Veja-se Luís Reis Torgal, «Intelectuais Orgânicos e Políticos Funcionais do Estado Novo (os casos de António Ferro, Augusto de Castro, João Ameal e Costa Brochado)», in *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português, 1900-1950* (coord. de António Pedro Pita e Luís Trindade), Coimbra, Ariadne Editora / CEIS20, Novembro de 2005, pp. 235-253.
- ³ Foi director da *Nação Portuguesa* (cargo onde sucede a António Sardinha) de 1946 a 1953 e, mais tarde, dos jornais *Acção* e *Diário da Manhã*. Era tido como indefectível salazarista, tendo protagonizado a cisão pró-salazarista dentro dos «Camisas Azuis». Foi director do Arquivo Ultramarino e deputado à Assembleia Nacional desde 1942. Como historiador co-dirigiu uma *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, por ocasião das comemorações centenárias de 1940.
- ⁴ Jornal do qual só saíram dois números, tendo o segundo sido apreendido pelo COPCON.
- ⁵ «Entrevista a Manuel Maria Múrias», por Maria José Mauperrin, *Expresso*, 20 de Julho de 1996.

BIBLIOGRAFIA

- CÁDIMA, F. Rui (1996), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença.
- CÁDIMA, F. Rui (1999), *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa: Século XXI.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Presença.
- FERRO, António (1933), *Salazar*, Lisboa, ENP.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1986), *História de Portugal*, vol. III, Lisboa: Palas Editores.
- MAUPERRIN, Maria José (1996), «Entrevista a Manuel Maria Múrias», *Expresso*, 20 de Julho de 1996.
- PINTO, Jaime Nogueira (1977), *Portugal, os Anos do Fim*, Lisboa: Sociedade de Publicações Economia e Finanças.
- ROSAS, Fernando (1994), «Da Ditadura Militar ao Estado Novo: A “longa marcha” de Salazar», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOARES, Mário (1974), *Portugal Amordaçado: Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa: Arcádia.
- TORGAL, Luís Reis (2005), «Intelectuais Orgânicos e Políticos Funcionais do Estado Novo (os casos de António Ferro, Augusto de Castro, João Ameal e Costa Brochado)», in *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português, 1900-1950* (coord. de António Pedro Pita e Luís Trindade), Coimbra: Ariadne.